

## BOLETIM 1371

Brasília (DF), 21 de Maio de 2024

### CONTRICOM NOS ESTADOS

## SITRICOM (PI) promove eleição unitária com ampla participação dos trabalhadores



O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário do Médio Parnaíba (SITRICOM) (Piauí) promoveu eleições para a escolha de sua nova diretoria com ampla participação dos trabalhadores.

A chapa única apresentada ao escrutínio dos votantes se intitulava “Juntos para Avançar”, tendo sido eleita por consagradora votação dos trabalhadores que participaram do pleito, sendo eleito o companheiro Evilásio de Deus Lopes (foto no destaque) como presidente. Evilásio ocupa, atualmente, a secretaria-geral da CONTRICOM.

Além de Evilásio, foram eleitos para a Diretoria Executiva: Antônia Rosa Soares (vice-presidente), Israel Mousinho Lago (1º secretário-geral), Simone dos Santos Cunha (2ª secretária-geral), Carlos Magno Teixeira da Silva (1º secretário de Finanças), Francisco Fernando da Silva Carvalho (2º secretário de Finanças) e José Gomes Marques (diretor Social e Sindical).



**TERESINA-PI**  
1944 - 2024  
NA DEFESA E CONQUISTA DOS DIREITOS

*O Sindicato completa 80 anos de existência este ano*



Ao final da eleição, o presidente Evilásio agradeceu os trabalhadores que participaram do pleito e desejou êxito à nova diretoria do SITRICOM: “teremos muitos desafios pela frente, mas demos um primeiro passo importante que foi a eleição de uma direção unida em torno dos interesses maiores dos trabalhadores”, afirmou.

*Fonte: Comunicação CONTRICOM*



## Centrais convocam ato para atualizar a Agenda da Classe Trabalhadora

***“Nosso ato unitário vai deixar claro que os juros altos têm rebatimento direto na inflação dos alimentos”, afirma Adilson Araújo, da CTB***

Por consenso, o Fórum das Centrais Sindicais aprovou a convocação de um ato para atualizar a Agenda da Classe Trabalhadora, que foi aprovada na 3ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat 2022). A atividade vai ocorrer em Brasília no nesta quarta-feira, 22 de maio.

Segundo Adilson Araújo, presidente da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil), o alvo da vez é a política macroeconômica. Nesta semana, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, sob a tutela do bolsonarista Roberto Campos Neto, reduziu o corte da taxa básica de juros, a Selic. Desta vez, o índice caiu apenas 0,25 ponto percentual – de 11% ao ano para 10,5%.

“O movimento sindical entende que o governo tem uma agenda positiva para os trabalhadores, que se soma a projetos estratégicos como o PAC (Programa de aceleração do Crescimento) e à NIB (Nova Indústria Brasil)”, diz Adilson. “Mas esse conservadorismo patrocinado pelo Roberto Campos Neto colide com o nosso objetivo – que é um novo projeto nacional de desenvolvimento.”

O dirigente sindical lembra que, após um ano e cinco meses de governo, Lula já avançou com a retomada da política de valorização do salário mínimo, a lei de igualdade salarial, viabilização do piso nacional da enfermagem e outras iniciativas.

Mas, segundo Adilson, “os trabalhadores não sentiram essas conquistas – e não vão sentir enquanto houver juros altos, arcabouço fiscal e déficit zero”.

De acordo com Adilson, o Brasil voltou a figurar entre as dez maiores economias do mundo – “provavelmente já temos o oitavo maior PIB”. Esse crescimento, no entanto, foi acompanhado de arrocho salarial e mais concentração de renda. “As centrais precisam defender uma política que priorize investimentos, crescimento e desenvolvimento”, comenta. “Estamos vivendo a tragédia no Rio Grande do Sul, mas vamos viver outras catástrofes. Ou radicalizamos num projeto ambicioso de infraestrutura, ou ficaremos para trás.”

A expectativa do Fórum das Centrais é reunir 5 mil trabalhadores no ato de 22 de maio. Até lá, o sindicalismo segue dedicado a apoiar a população gaúcha com ações de solidariedade. Para as centrais, a força-tarefa pela reconstrução do Rio Grande do Sul tem de conciliar ações nacionais e locais, para evitar demissões em massa e retirada de direitos.

**Agenda** - A parte da manhã do dia 22 será dedicada a debater a Pauta Unitária aprovada na Conclat 2022, a fim de verificar onde houve avanços e quais os próximos passos do movimento.

À tarde, as entidades de classe terão tarefas institucionais, de encontros e debates com parlamentares. Na agenda, encontros com o presidente da Câmara, Artur Lira, e o do Senado, Rodrigo Pacheco. Outras reuniões devem ocorrer até o final da jornada do dia 22.

Um dos temas da Plenária deve ser a redução da jornada de trabalho, atualmente em 44 horas semanais. Outro, acelerar o ritmo da redução do imposto de renda nos salários. A reivindicação é isentar do IR salários até R\$ 5 mil.

*Fonte: Agência Sindical*





## **Entidades discutem pacto para salvar a indústria**

Dirigentes sindicais das principais confederações, federações e sindicatos de trabalhadores da indústria decidiram convidar Rafael Lucchesi, um dos mais ilustres dirigentes da CNI (Confederação Nacional da Indústria) “para sentar à mesa, na Casa da Classe Trabalhadora, como é chamada a sede da CTB, e de ‘coração aberto’ discutir um diagnóstico e propostas comuns para a devastadora desindustrialização que afeta a economia brasileira”, declarou o anfitrião.

Os números que constam da nota técnica da CTB, de janeiro de 2024, são dramáticos: o Brasil, durante 50 anos, cresceu a uma taxa de 7% do PIB ao ano. Nos últimos 40 anos, a média foi de 2% ao ano. A indústria de transformação, que já foi 30% do PIB, caiu para 11% do PIB em 2020. A taxa de investimento, que já foi de 25%, caiu para 16,5% do PIB em 2023. Segundo o IBGE, 39 milhões de trabalhadores estão na informalidade.

José Reginaldo, da CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria), principal confederação do país, escalado para comentar a palestra de Lucchesi, também falou ao HP. “Como apoiar a indústria e atender os anseios dos trabalhadores – de melhorias na educação, na saúde, na aposentadoria – com esses juros escorchantes,

que, só no ano passado, teve um gasto de 800 bilhões de reais? E ainda com o teto de gastos como uma faca no pescoço do governo?”, questiona.

Para Artur Bueno, presidente da CNTA (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Alimentação), “fatos são fatos, como, por exemplo, o porquê de o PIB da China, que era menor que o do Brasil em 1980, ser hoje é dez vezes maior. O que eles fizeram, o que nós deixamos de fazer?”

Já Assis Melo, presidente da FITMETAL (Federação Interestadual dos trabalhadores Metalúrgicos), “considera importante percebermos que a desindustrialização do país foi provocada de fora para dentro”.

Carlos Müller, presidente da CONTTMAF (Confederação Nacional dos Trabalhadores em transportes Marítimos e Fluviais), avalia que “os sindicatos compreenderam que a manifestação coletiva dos trabalhadores e dos movimentos sociais é essencial para tentarmos mudar a visão extremamente liberal de alguns gerentes da Petrobrás que estão impedindo o desenvolvimento da Marinha Mercante com bandeira brasileira (e da indústria naval), o crescimento do emprego e a geração significativa de riquezas em nosso país”.

O presidente da CONTRICOM, Altamiro Perdoná, também confirmou presença no encontro que debaterá os rumos da indústria no país. Recentemente, Altamiro participou de um debate sobre o tema da desindustrialização no Senado Federal que aconteceu sob a iniciativa do senador Paulo Paim (PT-RS).

### **Informações:**

*Seminário Nacional: Indústria, Democracia, Desenvolvimento e Soberania:*

*Local: Sede da CTB – Rua Cardoso de Almeida, 1848, Sumaré, SP, e por meio virtual.*

*Data: 11 de junho, às 16h*

*Fonte: Hora do Povo*

## AGU pede ao STF suspensão de decisão sobre desoneração

A Advocacia-Geral da União (AGU) pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) a suspensão, por 60 dias, do processo que trata da desoneração de impostos sobre a folha de pagamento de 17 setores da economia e de determinados municípios, até 2027.

Na petição, o órgão argumenta que o governo federal fechou um acordo na semana passada com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, para restabelecer a reoneração da folha de forma gradual, a partir de 2025.

Diante do acerto, a AGU pede que a liminar proferida pelo ministro Cristiano Zanin no dia 25 de abril, que suspendeu a desoneração a pedido do próprio órgão, tenha efeito em 60 dias para permitir a tramitação de projetos de lei que tratam da questão e de compensações financeiras para o governo federal.

"Ao priorizar soluções extrajudiciais por meio do processo político – estimulando decisões mais plurais e menos traumáticas – aplica-se o mesmo princípio que fundamenta a possibilidade de modulação dos efeitos de decisões em controle concentrado, que vem a ser o da preservação do interesse social e da segurança jurídica, bem como a manutenção da paz social", argumentou a AGU.

No dia 25 de abril, Zanin entendeu que a aprovação da desoneração pelo Congresso não indicou o impacto financeiro nas contas públicas.

A liminar do ministro foi colocada para referendo no plenário virtual da Corte, mas um pedido de vista suspendeu o julgamento. O placar estava em 5 votos a 0 para confirmar a decisão de Zanin.

*Fonte: Agência Brasil*

## Entidades dos aposentados se manifestam contra a desvinculação da aposentadoria do mínimo

Semana passada saiu na mídia que o governo estuda a desvinculação da aposentadoria em relação ao salário mínimo, o que faria os benefícios só terem reajuste com a inflação do ano anterior e não mais um aumento real, como ocorre com o salário mínimo.

O assunto começou a ser abordado na equipe econômica do governo. O governo já tenta um discurso para amenizar o efeito que essa decisão está causando, mas entidades representativas dos aposentados se manifestaram em nota contra a possível mudança.

Na nota, as entidades lembram que na Constituição Federal de 1988, define o direito à remuneração não seja inferior ao salário mínimo.

"É preciso lembrar que a Constituição Federal de 1988, define o direito à remuneração não inferior ao salário mínimo. E no capítulo dos Direitos Sociais, define que o salário mínimo deve cobrir todas as necessidades do trabalhador e de sua família, ser unificado em todo o território nacional e reajustado periodicamente para garantir seu poder aquisitivo", afirmam as entidades.

E concluem: "Além do mais, há um consenso nacional de que o valor do salário mínimo encontra-se muito distante do valor previsto na Constituição. Portanto, é inconcebível que haja, dentro do próprio governo federal, quaisquer tipos de estudos que prevejam reajuste para o piso dos benefícios do INSS menores que os concedidos ao piso salarial nacional".

Assinam a nota: COBAP, SINDNAPI, SINTAPI - SINDIAPI e SINAB

*Fonte: Mundo Sindical*



## **Rogério Marinho manobra contra Contribuição Assistencial**

Bolsonarista-raiz e aliado do capital mais atrasado, o senador Rogério Marinho (PL-RN) manobra pra impedir regulamentação favorável ao sindicalismo quanto à contribuição assistencial.

Agora, ele opera com o PL 2.830/19, do senador Styvenson Valentim (Podemos-RN), a fim de modificar o artigo 883-A da CLT, pra estabelecer que a decisão judicial transitada em julgado poderá ser levada a protesto ou gerar inscrição do nome do executado em órgãos de proteção ao crédito depois de transcorrido o prazo de 15 dias da citação do executado, se não houver garantia do juízo.

**Jabuti** – Marinho meteu três jabutis nesse PL, visando fazer o texto passar na CCJ (27 membros) e enviá-lo a voto na Câmara Federal. O sindicalismo atua em Brasília pra anular a manobra. Já houve encontro com o próprio relator Marinho, a quem se solicitou retirar as emendas esdrúxulas.

Embora a pressão seja grande, o sindicalismo não está sem margem de manobra e negociação. André Santos, consultor político e do Diap, explica as saídas:

**Retirada** – Busca-se junto a Rogério Marinho a retirada das emendas.

**Vistas** – Pedido pode ser feito por qualquer um dos 27 membros da CCJ.

**Comissões** – Requerer seja a matéria examinada em outras Comissões.

**Diap** – Para André Santos o ideal é o Projeto caminhar na CCJ sem esses penduricalhos.

**Ação** – O sindicalismo precisa apresentar texto alternativo quanto ao custeio, o que já foi debatido com Marinho. O próprio Paulo Paim (PT-RS) também pede essa alternativa.

O senador Humberto Costa preside a CAS. Mas Marinho conseguiu a relatoria dos dois projetos (2.099/23 e 2.830/19).

Centrais e Confederações têm atuado juntos aos senadores. No entender de André Santos, o mais viável agora seria apresentar um texto alternativo, ensejando negociações.

**Mais informações no Site do Senado, do Diap e das Centrais.**

## **Cartilha do MPT lista os atos antissindiciais**

O Ministério Público do Trabalho publicou a cartilha “Atos Antissindiciais. O que fazer?”. Documento idealizado pela Conalis – Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical e do Diálogo Social.

Segundo Vivianne Brito Mattos, coordenadora nacional de Promoção da Liberdade Sindical e do Diálogo Social, a cartilha visa reforçar a liberdade sindical, como também “esclarecer conceitos, conscientizar quanto a condutas ilícitas, orientar como proceder diante de conduta antissindical, e, ainda, explicar as consequências”.

A publicação lista e explica 10 pontos, de modo didático. E define a conduta antissindical: “São atos com o fim de prejudicar, dificultar ou impedir de algum modo a organização, a administração, a ação sindical, o direito de sindicalização e a negociação coletiva”.

Para o Ministério, “atos antissindiciais constituem ilícito punível na esfera trabalhista, pois violam a lei e a Constituição”. Eles podem afetar a autonomia sindical, o direito de associação e greve, a estabilidade do dirigente, a aplicação e o reconhecimento de instrumentos normativos ou mesmo a legitimidade de representação dos trabalhadores.

*Fonte: Agência Sindical*





## Possibilidade de acordo trabalhista sem advogado preocupa especialistas

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho regulamentou em março uma nova forma de mediação de conflitos na área trabalhista, chamada reclamação pré-processual (RPP). A iniciativa, oficializada pela Resolução 377, permite a negociação de acordos pré-processuais em disputas individuais e coletivas.

A medida está alinhada à tendência global de desjudicialização de conflitos e à adequação do Judiciário brasileiro aos objetivos de desenvolvimento sustentável propostos pela ONU na Agenda 2030.

Na prática, porém, a teoria é outra. Especialistas em Direito do Trabalho consultados pela revista eletrônica Consultor Jurídico acreditam que a RPP pode aumentar a celeridade das ações trabalhistas, mas eles enxergam um enorme problema na novidade: a possibilidade de dispensa de advogado para a negociação de um acordo entre patrão e empregado.

A dispensa do advogado está prevista no artigo 11 da resolução. Esse dispositivo estabelece que caso o trabalhador ou o empregador esteja sem a assistência de um profissional do Direito durante a mediação, a condução das reuniões unilaterais e

bilaterais e das audiências será do magistrado supervisor do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejus).

A possibilidade do causídico ser dispensado da mediação, no entanto, foi duramente criticada pelos especialistas ouvidos pela ConJur. Para o advogado e professor de Direito do Trabalho da pós-graduação do Insper Ricardo Calcini, a medida pode gerar prejuízo considerável para as partes.

O juiz do Trabalho Otavio Calvet também defende a necessidade dos advogados na negociação dos acordos. “O advogado tem de participar por dois motivos. Primeiro porque hoje em dia é muito difícil a questão técnica que envolve o Direito do Trabalho, então acho que o advogado tem de esclarecer sempre os riscos e os direitos para ambas as partes, trabalhador e empregador. E segundo porque se o advogado não estiver presente, segundo a resolução, o juiz tem de conduzir a sessão.”

O advogado Lívio Enescu, por sua vez, entende que a resolução tem vício de origem. Quem também questiona a possibilidade de acordo sem a presença de um advogado é a OAB. A entidade enviou em abril um ofício ao Conselho Nacional de Justiça solicitando a revisão da resolução.

## **BOLETIM CONTRICOM**

Presidente

**ALTAMIRO PERDONÁ**

Secretário Geral

**EVILÁSIO DE DEUS LOPES**

Secretário de Finanças

**REINALDIM BARBOZA PEREIRA**

Secretário para Assuntos de Comunicação

**WILSON GERALDO SALES DA SILVA**

Redação e Edição

**INSTITUTO DOIS CANDANGOS**